



Vestígios do desastre em Brumadinho: territorialidades fotográficas de rememoração¹

Traces of the disaster in Brumadinho: photographic territorialities of remembrance

Rastros del desastre de Brumadinho: territorialidades fotográficas de la memoria

Ana Patrícia Barbosa de Sousa – Universidade Federal de Minas Gerais | Belo Horizonte | MG | Brasil.
E-mail: apatriciasousa33@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2094-1147>

Ângela Cristina Salgueiro Marques – Universidade Federal de Minas Gerais | Belo Horizonte | MG | Brasil.
E-mail: angelasalgueiro@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

Resumo: O objetivo deste artigo é aproximar as noções de território, memória, rememoração, imagens e desastres, de maneira a explorar o papel da fotografia e dos vestígios em práticas de resistência à ação predatória de mineradoras, como a Vale, cuja prática extrativista desencadeou uma crise ambiental profunda, desordenando os vínculos e “nexos locais” entre habitantes humanos e não-humanos de Brumadinho. A partir do ensaio fotojornalístico, realizado pelo repórter fotográfico Juarez Rodrigues para o jornal *Estado de Minas* em janeiro de 2019, elaboramos análises nas quais a rememoração é apresentada como um processo relacional que se articula à performatividade das imagens de modo a buscar não somente um novo contato com o passado, mas também a transformação do presente e das territorialidades em risco (Santos, 2006; Haesbaert, 2023). Em diálogo com Susan Sontag (2003, 2004) e Andrea Calderón (2020), mostramos como a rememoração (Gagnebin, 1999, 2014) cria narrativas lacunares através de vestígios que, figurados nas imagens, redefinem formas de vida em meio ao desastre, desestabilizando formas consensuais de pensar a experiência.

Palavras-chave: território; memória; vestígios; fotografia de desastres ambientais.

¹A realização deste artigo contou com o apoio do CNPq e da FAPEMIG.

Abstract: The aim of this article is to bring together the notions of territory, memory, remembrance, images and catastrophes, in order to explore the role of photography and traces in practices of resistance to the predatory action of mining companies, such as Vale, whose extractive practices triggered a profound environmental crisis, disrupting the links and “local nexuses” between human and non-human inhabitants of Brumadinho. Based on the photojournalistic essay, carried out by photojournalist Juarez Rodrigues for the newspaper Estado de Minas in January 2019, we elaborate analyses in which remembrance is presented as a relational process that is articulated with the performativity of images in order to seek not only a new contact with the past, but also the transformation of the present and territorialities at risk (Santos, 2006; Haesbaert, 2023). In dialogue with Susan Sontag (2003, 2004) and Andrea Calderón (2020), we show how remembrance (Gagnebin, 1999, 2014) creates gap-filled narratives through traces that, depicted in images, redefine ways of life in the midst of disaster, destabilizing consensual ways of thinking about experience.

Keywords: territory; memory; traces; photography of environmental disasters.

Resumen: El objetivo de este artículo es reunir las nociones de territorio, memoria, recuerdo, imágenes y desastres, para explorar el papel de la fotografía y las huellas en las prácticas de resistencia a la acción depredadora de empresas mineras, como Vale, cuyas actividades extractivas desencadenaron una crisis de profundo impacto ambiental, alterando los vínculos y los “nexos locales” entre los habitantes humanos y no humanos de Brumadinho. A partir del ensayo fotoperiodístico realizado por el reportero fotográfico Juarez Rodrigues para el diario Estado de Minas en enero de 2019, desarrollamos análisis en los que la memoria se presenta como un proceso relacional que se vincula a la performatividad de las imágenes para buscar no solo una nueva el contacto con el pasado, pero también la transformación del presente y las territorialidades en riesgo (Santos, 2006; Haesbaert, 2023). En diálogo con Susan Sontag (2003, 2004) y Andrea Calderón (2020), mostramos cómo la memoria (Gagnebin, 1999, 2014) crea narrativas abiertas a través de rastros que, figurados en las imágenes, redefinen formas de vida en medio del desastre. formas consensuales desestabilizadoras de pensar sobre la experiencia.

Palavras claves: territorio; memoria; rastros; fotografía de desastres ambientales.

1 Introdução

No dia 25 de janeiro de 2019 ocorreu o rompimento da barragem de minério de ferro da Mina Córrego do Feijão, da empresa Vale S.A, um dos maiores crimes ambientais do mundo (MAB, 2019), e o maior do Brasil em óbitos, deixando 272 vítimas fatais. Além de Brumadinho, de acordo com pesquisa realizada por Arbex (2022), o rompimento impactou a vida de pessoas de mais 25 municípios que fazem parte da Bacia do Rio Paraopeba, com a contaminação de cerca de 12 milhões de m³ de lama de rejeito de minério despejados no Rio Paraopeba, gerando com isso diversos problemas nestes municípios. Um dos mais graves está relacionado ao abastecimento hídrico de 8 destes municípios: Brumadinho, Betim, São Joaquim de Bicas, Juatuba, Esmeraldas, Mário Campos, Igarapé e Pará de Minas, sendo 7 destes pertencentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Além deste dano, podemos citar diversos problemas que as pessoas atingidas desses municípios enfrentam desde o rompimento como (INSTITUTO GUAICUY, 2022): contaminação das águas, mortes e adoecimento de animais, destruição de florestas, alteração ou interrupção de geração de emprego e renda local, perda de postos de trabalho (com perda da pesca, dificuldade no escoamento na produção agrícola e pecuária, problemas de irrigação entre outros), problemas de saúde mental e física gerados ou agravados após o rompimento; dificuldade no acesso aos serviços públicos de saúde, perda total de imóveis, surgimento de problemas relacionados à infraestrutura das casas, aumento dos valores de locação de imóveis ou desvalorização destes, problemas relacionados ao abastecimento de água, tanto no sentido de interrupção temporária ou definitiva do abastecimento quanto ao risco ou o medo de contaminação; problemas relacionados ao aprendizado de crianças e jovens, além da dificuldade no acesso à educação, perda de espaços coletivos para as práticas de esporte e lazer com a contaminação do rio Paraopeba, córregos, nascentes, campos de futebol e equipamentos públicos utilizados para esse fim como quadras de esporte e praças; inúmeros danos ao patrimônio material, imaterial e natural, dentre outros. Os impactos e desdobramentos são extensos e amplificam ainda as condições de vulnerabilidade da população, alterando também a relação da comunidade externa com as localidades afetadas, com perda de atividades turísticas pelo estigma da contaminação.

A atividade minerária tendo o rompimento de barragem como o ápice da violação de direitos está relacionada com o modelo de desenvolvimento do capitalismo extrativista. Tal modelo, segundo Han (2017), é baseado no lucro e na acumulação de capital por parte de grandes empresas e gera, com isso, não somente a destruição, como a apropriação da natureza, a exploração dos bens naturais e dos

trabalhadores e trabalhadoras, sem pensar nas vidas alteradas de forma negativa em função do único objetivo de exploração, produção e consumo.

A Vale S.A é considerada a maior mineradora do mundo de minério de ferro e níquel, sendo o Brasil, fonte de sua maior concentração e produção. Quase a totalidade desse minério é extraído para exportação, ou seja, nacionalmente temos pouco acesso aos lucros dessa atividade de mineração. Isso quer dizer que não temos soberania nacional sobre a extração do minério de ferro no país. É importante ressaltar que mais da metade dessa extração está concentrada no Estado de Minas Gerais. Conforme estudo de Oliveira e Dornas (2022), o alto lucro das mineradoras é sustentado não somente pela quantidade de minério que produz, mas também pela maneira “como” essa produção é feita, amplificando lógicas expropriatórias e exploratórias. Neste sentido, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (2019) cita nove ações da Vale nos territórios, evidenciando que a empresa explora o minério de ferro buscando lucros cada vez maiores, são elas: desvalorização da força de trabalho; aproveitamento máximo das máquinas e equipamentos; metas de produção elevadas com assédio aos trabalhadores/as; tentativa de cooptação, controle e perseguição de sindicatos de trabalhadores/as; exploração máxima dos bens naturais (e com isso, a negligência e pressão para flexibilização das leis ambientais); desrespeito com comunidades atingidas, incluindo povos tradicionais e indígenas; captura de estruturas do Estado (órgãos e setores como pressões à Agência Nacional de Mineração entre outras). A negligência com a segurança é responsável por dois maiores crimes socioambientais do Brasil (Mariana e Brumadinho), evidenciando o despreparo e o descontrole das empresas para cuidar de questões de segurança que dizem respeito aos atingidos pelos crimes (MAB, 2019).

São essas ações nefastas que, de acordo com Oliveira e Dornas (2022) resultam em desastres ambientais provocados pela ação predatória das mineradoras, gerando desastres que criam uma desarticulação social no território, causada tanto pelo deslocamento forçado, quanto pela alteração nos modos de vida, costumes e tradições, afetando a vida de todas as pessoas que foram atingidas.

Neste sentido, este artigo tem o objetivo de refletir acerca das relações entre território e rememoração em contextos de desastre. Partimos das abordagens de Santos (2006) e Haesbaert (2010, 2020, 2021), que trazem a noção de território não somente como recurso, mas acentuam sua dimensão simbólica articulada ao trabalho da memória como gesto político de sustentação e permanência das identidades dos indivíduos em seu espaço de existência. Em seguida, exploramos as relações entre espaço e memória a partir das considerações de Gagnebin (2014), Bosi (1994), Mombelli e Tomaim (2012), Farias e Bizzello (2016).

Ao lado da construção desse argumento teórico, refletimos acerca dos sentidos produzidos pelo ensaio visual elaborado pelos fotojornalistas Marques e Rodrigues

(2019), em trabalho publicado no jornal *Estado de Minas*, em janeiro de 2019, logo depois do desastre em Brumadinho. Buscamos evidenciar como a fotografia pode ser entendida como forma de rememoração e cuidado político através do qual os sujeitos afetados podem se reapropriar dos vestígios de suas formas de vida devastadas e investirem no fortalecimento dos vínculos fragilizados pelo trauma do desastre e dos impactos da atividade minerária. Para essa abordagem das imagens, mobilizamos as considerações de Calderón (2020), Manini (2011) e Sontag (2003).

Assim, nosso intuito é explorar alguns aspectos do processo de rememoração em desastres, que podem se servir de imagens fotográficas para relacionar a percepção e a lembrança, reconfigurando a experiência e nossa concepção de quem somos. A memória ligada ao território de vida não se relaciona à recuperação de um arquivo que guarda um passado que não mais será atualizado: ela é um trabalho em processo, sendo o tempo todo atualizada. O trabalho das imagens na rememoração pode auxiliar a articular as novas percepções a anseios futuros, como um constante desdobramento de práticas que leem o passado no presente, enquanto preparam o futuro.

2 Território em contextos de desastres

A desastre-crime de Brumadinho alterou a paisagem, a memória e a forma de vida das pessoas que moravam em Córrego do Feijão, mas também afetou a configuração de biomas e comunidades inteiras que configuravam sua existência a partir dos rios e territórios atingidos pela lama tóxica. Segundo Santos (2006) a paisagem é o conjunto de formas, ou a distribuição destas que representam as relações entre homem e natureza. Ou seja, são formas criadas em momentos históricos diferentes, mas coexistindo no momento atual. É a porção da configuração territorial que é possível visualizar como se apresenta. Uma paisagem resulta do encontro entre aquilo que se materializa em um espaço e o olhar daqueles que contemplam e interagem com as formas que ali configuram experiências. Assim, "o espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo" (2006, p. 104).

Milton Santos entende que o espaço (e suas dimensões material, concebida e vivida) oferece lugares nos quais o cotidiano é compartilhado entre várias pessoas, permitindo o jogo das diferenças, a manifestação de conflitos e as táticas e arranjos coletivos para seu constante tratamento. O lugar produz uma base pragmática para a ação coletiva, sendo também a cena da comunicação, da interdependência e da produção de alianças. É nesse sentido que lugares estão encaixados e desencaixados a partir de lógicas territoriais que se configuram a partir de redes técnicas e sociais que, segundo Santos (2006, p. 187), são materiais, viventes, estáveis e, ao mesmo tempo,

dinâmicas, pois entrelaçam “fixos e fluxos, singularidades e globalidades”, revelando a justaposição de vários sistemas lógicos. Os lugares se entrelaçam e se distanciam, para esse autor, a partir dessas lógicas multiterritoriais que revelam “a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura socioespacial” (2006, p. 188).

O conceito de territórios e também de lógicas multiterritoriais nos interessa neste artigo, uma vez que a ação especializada das mineradoras interfere em variadas redes que mobilizam dinâmicas de conflito, de luta, de enfrentamento. Para Milton Santos, esses conflitos evidenciam o modo como o capitalismo de expropriação desequilibra as relações de interdependência, impactando a organização de redes e de suas tramas heterogêneas. Os conflitos nos mostram que, em um “mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas” (2006, p. 181). As redes articulam e desarticulam alianças, em um movimento que esconde e explicita desigualdades, a depender das estratégias utilizadas pelos agentes que nelas atuam e das resistências que os afrontam.

Os agentes comunitários, institucionais, jurídicos e econômicos atuam a partir de lógicas distintas, alterando as dinâmicas territoriais, deixando à mostra as desigualdades no uso diverso da terra e o papel político dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento.

De acordo com Haesbaert (2010, 2021), a concepção de território, sobretudo se pensada a partir das violentas confiscações sofridas pelos povos latino-americanos, se associa à imposição brutal, pelo modelo colonizador, de uma forma exclusiva de ordenamento territorial. O poder soberano e eurocêntrico aposta mais em uma territorialização extrativista, enquanto os povos latino-americanos transformam o espaço e elaboram territorialidades pautadas pelo cuidado com vida, com condição da existência de um grupo, da elaboração dessa própria existência. É nesse sentido que os territórios podem ser compreendidos através dos conflitos e alianças que definem as territorialidades, as redes de poder e os processos sociais que geram múltiplas interdependências.

O território reúne fixos e fluxos, recursos e relações, configurando redes de poder cujo equilíbrio instável demanda a reconfiguração constante de alianças e de dinâmicas de territorialização que envolvem a identificação dos agentes que exercem controle e poder sobre os processos sociais. Eles devem ser pensados, segundo Haesbaert (2021), no cruzamento das lutas hegemônicas e nas lutas de resistência. Sob a perspectiva desse autor, quando estudamos territorialidades latino-americanas, a concepção de território não tem a ver apenas com a multiplicidade de forças que o atravessa, mas com “a imposição brutal, pelo modelo colonizador, de forma exclusiva

de ordenamento territorial que reflete o poder soberano, patriarcal e eurocêntrico" (2020, p. 143).

A ação das mineradoras nos territórios torna ainda mais acelerada e predatória a relação entre ser humano e natureza, causando o que Santos (2006) chama de "crise ecológica". O autor distingue os eventos naturais dos eventos sociais ou históricos, mostrando como os primeiros dizem respeito ao movimento da natureza, que muda pela sua própria dinâmica. Os eventos sociais ou históricos são resultado da ação humana e seus efeitos sobre a natureza. Deste modo, é possível compreender que o desastre-crime do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho é um evento social resultado da ação humana e de seus efeitos sobre a natureza, cujo impacto transformou as coisas, objetos, memórias e vínculos, afetando a maneira como eles se entrelaçavam e, nessa rede, definiam o equilíbrio que permite a agência dos sujeitos entre vulnerabilidade e resistência.

Na busca incessante de produtividade e de lucro, a mineração extrapola os limites locais de controle dessa geração desordenada de matéria-prima e capital, causando com isso, destaca Santos, uma crise ambiental sem precedentes:

A busca de mais-valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo (que é também destrutivo, para usar uma antiga expressão de J. Brunhes) seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais. Certamente por isso a chamada crise ambiental se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais (2006, p. 170).

Com a crise ambiental instalada, há a proliferação de riscos e crises, culminando em desastres de origem tecnológica e social, causados por atores externos que, ao impor a desordem e perturbações aos modos de vida de espécies interdependentes, causam uma quebra nos "nexos locais".

Uma dessas quebras é o processo de deslocamento forçado causado pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, principalmente nos territórios que foram afetados pelo espalhamento da lama de rejeito de minério de ferro. Além do deslocamento de um território para outro, há também um processo de desterritorialização que se manifesta, segundo Arbex (2022), no deslocamento cultural das pessoas atingidas, na mudança dos modos de expressão e partilha dos costumes, das tradições, das memórias e dos vínculos de identificação que asseguram a agência assertiva e autônoma das pessoas.

Conforme salientam Oliveira e Dornas (2022), as pessoas atingidas se tornam migrantes, desterritorializadas, mesmo aquelas que não se deslocaram fisicamente, pois muitas vezes não se reconhecem mais em seus territórios devido às mudanças

ocorridas após o rompimento. A mudança de comportamento de vizinhos, familiares e amigos, o abalo à saúde mental, as obras de reparação, a circulação de pessoas novas na comunidade/bairro, o adoecimento de plantas e animais, as mudanças das relações de trabalho, a mudança na relação com o Rio Paraopeba, a interrupção de festejos e celebrações, tudo isso tem consequências amplas e profundas na convivência da comunidade, acentuada pelo medo de um novo rompimento e de uma possível contaminação entre outras mudanças.

Esses fatores desestabilizam suas experiências e demandam, para Santos (2006), uma “terceira via” de entendimento do próprio território, onde agora paisagens transformadas, lugares descaracterizados e territorialidades desfiguradas demandam a rememoração e a tessitura de uma nova memória compartilhada, na qual saberes e conhecimentos ainda se entrelaçam de forma fragmentada. É neste sentido que a memória se torna um meio de garantir a coesão para a permanência e para a elaboração do futuro, ou seja, a memória é importante para garantir o sentimento de relação de pertencimento dos indivíduos em seus grupos e em seus territórios. Nossas lembranças são como uma “costura dos retalhos” de recordações dos nossos antepassados, conforme esclarece Bosi (1994, p. 414):

As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência.

É essa elaboração da memória coletiva que atua como elemento de coesão de um imaginário compartilhado capaz de assegurar ações derivadas de alianças e reciprocidade na consideração das demandas de justiça. Santos (2006) considera, nesse sentido, que a memória constitui um elemento de continuidade da cultura e das identidades que se desenham em um território.

A construção da identidade se dá como processo de agência relacional dos sujeitos em diversos espaços e situações, incluindo um trabalho constante de rememoração do passado para a elaboração de formas de vida possíveis no presente. E essa rememoração se dá pelas memórias coletivas e individuais que podem se confundir nos sentimentos, fatos, interesses e nas próprias relações de poder do que se quer ser esquecido e lembrado. Segundo Mombelli e Tomaim, “a busca pelas posições de identidade sempre se dá com vistas ao passado, carregando traços do legado histórico, tanto individual quanto coletivo do local onde se vive” (2012, p. 51).

Sob esse viés, Haesbaert (2010) define a territorialidade enquanto dimensão múltipla, imaterial e simbólica, que pode ou não se manifestar de forma concreta no espaço. Uma territorialidade pode existir como uma representação, como uma

“imagem” do que pode vir a ser, ou do que está sendo a vida entrelaçada a um território. Portanto, para que o território exista é preciso haver a territorialidade, ou melhor, as multiterritorialidades.

Haesbaert (2020, 2021) enfatiza que as multiterritorialidades que habitamos e tornamos habitáveis nos apontam a importância de investirmos na dimensão relacional e comunicacional da coexistência. Seus textos mais recentes avaliam a maneira como a diversidade de modos de vivenciar e ler territorialidades articuladas nos possibilitam pensar um complexo emaranhado de lutas por sobrevivência, por autonomia e dignidade, sobretudo a partir do trabalho incansável de mulheres e comunidades ancestrais. Para ele, pensar as noções de espaço, lugar e território demanda um investimento cuidadoso na avaliação da particularidade das experiências latino-americanas, das possibilidades de agência disponíveis e elaboradas pelos sujeitos, considerando sempre que as territorialidades não se restringem ao âmbito normativo (que engloba planejamento, controle e ordenação), mas abrangem várias esferas do vivido, dos afetos e das contingências cotidianas.

Dos movimentos sociais urbanos aos dos povos originários, Haesbaert (2021) define o território não como simples espaço “sob controle”, “de segurança física”, mas também como espaço de vivência e apropriação simbólica. O território, pensando enquanto espaço de criação da vida, condição de existência, resistência e elaboração de uma comunidade, desafia uma abordagem epistêmica enraizada na matriz exploratória e expropriatória da colonização. Conforme destaca o autor, “provavelmente a maior contribuição de uma perspectiva (latino) americana sobre o território esteja na ênfase à multiplicidade de condições para a realização das relações entre espaço e poder – em outras palavras, a multiterritorialidade” (Haesbaert, 2021, p. 155). Nesse sentido, a relação espaço-poder define modos de territorialização com múltiplos atravessamentos e a territorialidade se manifesta como forma de emergência das singularidades diante da multiplicidade. Haesbaert (2021) afirma que a circulação entre territórios materialmente constituídos e aqueles que se manifestam simbolicamente permite engendrar uma série de territorialidades justapostas em uma experiência multiterritorial contaminada e contaminante.

Nossa abordagem do papel das imagens na configuração de uma dimensão simbólica da territorialidade nos remete à importância da memória e da rememoração enquanto parte da preservação e da partilha dos costumes, saberes e valores, ou seja, da cultura e da própria identidade de uma comunidade. Farias e Bizello argumentam que:

[...] para comunicar conhecimentos, repassar tradições, hábitos, crenças e desse modo manter o conhecimento do grupo ou comunidade ativo, a memória deveria ser interpretada como um mecanismo representativo de um povo, uma geração, ou seja, que está em processo de transformação e implica assim em diálogos e trocas simbólicas [...], representar não condiz em ditar o que uma coisa é ou foi, mas permitir reconhecer tal coisa em sua dinâmica, mas não desconsiderar as peculiaridades sógnicas da memória (2016, p. 100).

Na seção seguinte exploraremos alguns aspectos da relação entre desastre, rememoração, territorialidades e imagens a partir de um ensaio fotojornalístico, realizado pelo repórter fotográfico Juarez Rodrigues para o jornal *Estado de Minas* em janeiro de 2019, poucos dias depois do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. Juarez Rodrigues nasceu em Belo Horizonte, em 1968 e se formou em Jornalismo. Iniciou a carreira profissional antes mesmo de se formar, em 1986, como repórter fotográfico do *Diário de Minas*. Posteriormente, trabalhou na sucursal mineira do Jornal *Última Hora* e, na sequência, atuou no *Tribuna de Minas*. Ambos na editoria de Fotografia. Em 1994, recebeu um convite do Jornal *Estado de Minas* para fazer parte da sua equipe, onde, desde então, atua como repórter fotográfico. Em novembro de 2015, realizou a cobertura fotográfica do rompimento da barragem do Fundão (da mineradora Samarco), em Bento Rodrigues, distrito da cidade de Mariana (MG). O contato com as vítimas desse desastre e sua dedicação ao acompanhamento dos desdobramentos junto à população ganharam destaque na imprensa mineira e nos motivaram a elaborar a reflexão que se segue.

3 A rememoração pelos vestígios trazidos pelo trabalho das imagens

As fotografias feitas para o ensaio elaborado por Juarez Rodrigues nos trazem objetos e rastros de pertences de uso cotidiano e pessoal das pessoas que vivenciaram a perda, o luto, o desaparecimento, mas também a necessidade de sobreviver. As imagens convocam os espectadores a imaginar e a considerar as experiências e as existências concretas das pessoas atingidas pelo desastre-crime do rompimento da Barragem em Brumadinho e tudo o que elas perderam. Esses traços nos indicam materialidades das vidas que têm algo a dizer sobre aquilo que são e sobre o que eram: mais do que existências abandonadas e ativamente invisibilizadas por instituições como a Vale e a Renova, são parte de um processo constante de refazimento. São vidas que buscam outros caminhos, outras formas e possibilidades de sobrevivência, vidas sobre as quais pouco sabemos, mas que vão além das representações documentadas pela mídia, pelas instituições e pelo preconceito.

Figura 1 – Vestígios sobreviventes do desastre em Brumadinho



Fotos: Juarez Rodrigues (Estado de Minas, 31/01/2019)

Fonte: Marques; Rodrigues (2023).

A figura 1 mostra oito objetos que participam ativamente da rotina das pessoas de Brumadinho em suas atividades de cuidado, alimentação, trabalho, estudo e manutenção da vida. Estão presentes nas imagens algumas panelas, um ferro de passar, um secador de cabelos, um chinelo da marca havaianas, cadernos escolares, um tênis e uma sandália de salto feminina. São fragmentos de histórias e de vidas soterradas pela lama, mas que se conectam muito rapidamente com nossas vivências, pois estar vivo e continuar a preservar nossa forma de vida é um trabalho que se faz em conexão com objetos como esses, a partir dos usos que fazemos deles, das apropriações e, muitas vezes, “gambiarras” que elaboramos a partir deles. Nossa escolha dessas imagens se relaciona à maneira como o trabalho de rememoração é, para nós, um processo intimamente relacionado à constante recuperação dos restos do passado que resistem ao apagamento e ao esquecimento.

Na leitura que Gagnebin (2012, 2014) faz da obra de Walter Benjamin, ela afirma que a rememoração feita através da retomada dos vestígios do passado nos permite retomar o sofrimento sem negá-lo ou diminuí-lo, sem tampouco fazer dele um fardo inexorável, mas realizando uma apropriação transformadora. Segundo Gagnebin (1999, 2012, 2014), a rememoração se realiza a partir de um trabalho de montagem, de colagem de fragmentos e vestígios do passado que, condensados, tensionados e em constante choque e atrito, fazem com que a narrativa de um tempo passado (com seus lapsos e esquecimentos) se prolongue no presente, conferindo duração à experiência dos sujeitos, e tendo a coisa lembrada sempre identificada a um acontecimento singular, que não se repete.

Conhecer e considerar as existências pelos vestígios implica, para Gagnebin (2014), abrir espaço para permitir descontinuidades, para permitir o trabalho da criação de intervalos nos quais o decisivo é a ruptura com a forma usual de compreender as existências. O choque e o encontro com os lampejos provocados pelos objetos

parcialmente soterrados pela lama desfazem a linearidade das narrativas do desastre, convidam a uma contemplação mais demorada e produzem espaço para um conhecimento renovador, para uma consideração atenta a partir justamente daquilo que nos é tão familiar.

Os objetos retratados por Juarez Rodrigues, compostos e recompostos por nosso olhar, são fragmentos que nos convidam a considerar as vidas e as corporeidades que um dia os utilizaram em seu cotidiano. Os objetos nos interpelam, nos interrogam. O espectador faz um esforço para reelaborar as histórias, para imaginar as vidas que foram perdidas com o mar de lama que tomou conta das casas, dos espaços de convivência, dos lugares de pertencimento. Assim, acompanhar rastros não é uma condição para construir um conhecimento unificador, totalizante e capaz de ter efeitos explicativos. A observação dos rastros leva a incertezas, faz titubear aquilo que antes era dado como certo, um imaginário restrito sobre os moradores atingidos e suas experiências.

A decisão de nos colocar em contato, através das imagens, com objetos sobreviventes do desastre faz com que o processo de rememoração instaurado pelo trabalho das imagens inicie uma operação sensível por meio da qual nos tornamos mais porosos e hospitaleiros às singularidades da vulnerabilidade das vidas que foram soterradas em Brumadinho. A ausência das pessoas às quais esses objetos pertenciam nos revela o impacto do desastre: objetos sem donos, sujos de lama, resistem ao apagamento das existências que ali teciam seu cotidiano. Ao mesmo tempo, esses objetos sobreviventes trazem de volta à vida, erguem os rostos de pessoas mortas ou desaparecidas, revelando que o trabalho das imagens põe em movimento um processo de elaboração, sempre tensionado entre um passado e um futuro, entre uma invenção e uma reinvenção que demandam dos espectadores outro tipo de olhar.

A ênfase que o ensaio fotográfico de Juarez Rodrigues confere aos objetos de uso diário enlameados, nos aproxima das pessoas que experimentaram a tragédia, pois ancoram a perda à materialidade comum de todas as existências. É por meio da identificação de cada objeto e da localização de cada um deles em nossa própria rotina, que conseguimos estabelecer relações entre imagens e modos de existência. Essas correlações nos ajudam a nos orientarmos no processo de trabalhar o passado no presente, de modo a conferirmos sentido às nossas experiências e emoções. Sob esse aspecto, Calderón (2020) argumenta que as imagens possuem uma agência: elas deslocam e abrem brechas para o imprevisto, modificando o regime de visibilidade. A performatividade das imagens estaria ligada, segundo essa autora, à forma como elas podem fazer aparecer certos acontecimentos, elementos e realidades que ainda não tinham sido imaginadas pelas pessoas. Nesse sentido, elas também têm a capacidade de interromper os fluxos midiáticos consensuais, de gerar conflito, de trazer outras visibilidades para o debate social, provocando polêmicas.

Para Calderón (2020, p.135), “a imagem é principalmente um trabalho, uma posta em relação, um processo de articulação, a introdução de um visível no campo da experiência que modifica o regime de visibilidade”. As imagens configuram, assim, uma operação crítica, um plano de conexão que rearticula relações de poder, alterando imaginários e desestabilizando formas consensuais de pensar a experiência. Em momentos específicos – frequentemente ligados a acontecimentos de ruptura e desastres - a imagem pode se desprender da redução de um esquema naturalizado para liberar outras operações imaginárias, bagunçando a lógica da representação e desafiando certas normas de ordenamento. Mas geralmente as imagens são utilizadas para reafirmar imaginários, ideologias e esquemas de tipificação do real. Essa oscilação entre a ruptura e a reafirmação de determinados imaginários, percepções e campos comuns de conhecimento é o que torna a imagem uma operação deslizante entre a representação naturalizante e a representação desestabilizadora.

A imagem, contudo, não é apenas a forma visível que reproduz um objeto. Conforme salienta Calderón (2020), a imagem está sempre entre algo que se foi e algo que ainda precisa ser feito, no intervalo de acolhimento que se abre entre os objetos do mundo, sua captura pelo fotógrafo e sua apropriação pelos espectadores. A autora menciona que as operações de circulação e apropriação das imagens são importantes para a construção continuada de partilhas de experiências, de memórias e de táticas que são como receitas para a manutenção dos vínculos que estruturam uma comunidade. Calderón (2020, p. 34) argumenta que a fotografia pode participar ativamente da elaboração de comunidades que se articulam “entre objetos e imagens, entre imagens e vozes, entre rostos e palavras que tecem as relações entre os passados e um presente”, entre os espaços distantes e territórios de luta e disputas. Para ela, o trabalho das imagens é performativo, ou seja, produz alterações, deslocamentos, aproximações e afastamentos que interferem na maneira como as coisas se tornam apreensíveis, visíveis e legíveis para nós. Assim, a operação performativa das imagens consiste, para Calderón (2020, p. 25) em “separar, criar distância, colocar palavras, imagens e coisas em uma comunidade mais ampla de atos de pensamento e de criação, de palavra e escuta que se interpelam reciprocamente”.

Os vestígios encontrados na lama nos mobilizam para o gesto ético da consideração, do desejo de saber mais sobre as pessoas que perderam tudo com o desastre, de acompanhá-las em seu percurso e suas sobrevivências. É justamente esse “espaço outro” aberto pelo trabalho das imagens que pode nos oferecer aquilo que, segundo Gagnebin (2012, p. 33), “escapa ao controle da versão dominante da história, introduzindo na epicidade triunfante do relato dos vencedores um elemento de desordem e de interrogação”. Os rastros nos ofertam outras possibilidades de interpretação de uma narrativa tida como imutável dos acontecimentos e das obras do passado. Além disso, os fragmentos nos colocam em contato com alteridades e nos

trazem rostos e vidas que frequentemente ficam fora da história tida como oficial. O ensaio de Juarez Rodrigues cria uma comunidade sensível entre objetos e nos posiciona entre eles (mobiliza nosso olhar e nossa escuta), mas também entre um passado, um presente e um desejo de esperança para um futuro possível.

A rememoração instaurada pela operação sensível das imagens nos convida, de acordo com Gagnebin (2014, p. 35), a retomar os eventos passados, não para resgatá-los apenas, mas para atribuir-lhes “um lugar preciso de sepultura no chão do presente, possibilitando o luto e a continuação da vida”. A autora mostra como a rememoração se configura a partir da coleta de vestígios, de fragmentos e restos pertencentes ao passado para serem reconfigurados, reordenados narrativamente e vivenciados no presente de modo a fazer com que o tempo passado coabite o presente e oriente o futuro. Para ela, uma lembrança se baseia em um universo de referências do tempo que passou e também do tempo presente. O que organiza as memórias são as narrativas, as imagens e a maneira como sua tessitura é elaborada.

É sob esse aspecto que, junto com Calderón (2020), compreendemos o trabalho das imagens como a configuração de operações narrativas importantes aos processos de rememoração, uma vez que dispõem e organizam as coisas de uma certa maneira, produzindo enunciados que orientam formas de vida. Segundo ela, as imagens podem contribuir para construir visibilidades para realidades que precisam de signos concretos para serem imaginadas, sobretudo desastres. Assim, imagens não se reduzem ao visível, mas são operações que criam um sentido de realidade, uma maneira de pensar o comum ou pensar a história das transformações do mundo comum (Anjos, 2011; Thomaz, 2012). Imagens são performativas, porque são compreendidas como relações, como entrelaçamento de tensões e não como unidades.

A nosso ver, o trabalho performativo das imagens atua na produção de uma legibilidade da paisagem e das relações entre objetos, ações, espaços, tempos e memórias. Se considerarmos que o espaço geográfico, para Milton Santos (2006, p. 63), é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente”, é possível entender como as maneiras de tornar visíveis os objetos na composição de uma paisagem do desastre, pode nos oferecer pistas acerca das ações e das vivências que aí se estabeleciam. As interações entre objetos e ações configuram um modo de vida específico e, quando são rompidas por um desastre como a de Brumadinho, torna-se visível a falta das ações que dão sentido aos objetos, justamente pela ausência dos sujeitos que com eles criavam e recriavam seus mundos cotidianos.

A paisagem do desastre, registrada na fotografia por meio dos objetos não mais inseridos e articulados em sistemas de ações, se aproxima do argumento de Santos (2006, p. 103), segundo o qual a paisagem “não tem existência histórica fora das

relações sociais”. Contudo, o trabalho performativo da imagem fotográfica, se considerarmos as reflexões de Calderón (2020) tomam os objetos como vestígios e rastros das ações que os animavam, configurando um espaço ético de aproximação entre aquelas e aqueles que estão ausentes nas fotografias e aquelas e aqueles que as contemplam. A abertura desse espaço de avizinhamo participa ativamente do processo de territorialização dos indivíduos em contextos de desastres, onde muitas de suas memórias foram apagadas ou alteradas pelos impactos do próprio trauma vivenciado pós-desastre. Acreditamos que dar visibilidade aos objetos materiais que resistiram à desastre é uma operação que possibilita a reconstrução e a territorialização de memórias, conhecimentos e sistemas de ações que articulam o espaço geográfico nas relações que ele estabelece entre visível e invisível (Santos, 1988).

No caso dos desastres ligados ao rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o trabalho de rememoração realizado junto com as imagens é essencial para impedir o apagamento dos conhecimentos e saberes já existentes e até mesmo sua relação com novas epistemes e memórias. A fotografia pode trazer de volta o que se julgava perdido, desaparecido, ocultado, uma vez que permite novos usos das lembranças, e auxiliam a compor uma forma de apropriação das experiências, entrelaçando temporalidades e territorialidades. A fotografia aciona operações de articulação entre práticas que associam costumes, ações, tradições e fatos de um determinado grupo. Ela carrega, segundo Manini, “um fato, coisa ou pessoa do passado – e cada clique tem seu passado imediatamente criado – insere-se instantaneamente na categoria de objeto de memória” (2011, p. 80).

As fotografias de Juarez Rodrigues revelam não o instante decisivo do rompimento e do desastre, mas restos e ruínas que são registrados em sua sobrevivência e que nos convidam a um olhar ético de acolhimento e urgência de resposta. Segundo Susan Sontag (2003) muitas fotografias clássicas de desastres e guerras seguiram um roteiro de produção marcado por orientações de dramatização das situações, beirando até um exagero. O registro documental encenado caracterizou os primeiros registros de lutos coletivos e conflitos. Contudo, houve uma alteração nos regimes visuais subsequentes à Segunda Guerra Mundial, que passaram a adotar uma perspectiva próxima àquelas do mundo da arte. Esse gênero fotográfico, voltado para o ‘documento’ captado a partir do inesperado e do não premeditado, passa a questionar o valor estético conferido à fotografia ao combinar as estratégias artísticas aos fatos da vida cotidiana. Entre o final do século XX e início do século XXI, os fotojornalistas renunciam ao instante decisivo e ao furo jornalístico, diminuindo o interesse em fotografar o evento enquanto ele acontece, para dedicar-se a conhecê-lo, compreendê-lo, refleti-lo e comentá-lo, inclusive permitindo ao fotografado o espaço para escolher a pose e a encenação.

Sontag (2003) denominou de “iconografia do sofrimento” a abordagem midiática das fotografias de conflito. Segundo ela, a cobertura fotojornalística dos desastres se conectava com as exigências comunicacionais do apelo à representação do sofrimento humano na cobertura dos desastres de toda espécie. Contudo, a nosso ver, o ensaio de Juarez Rodrigues se afasta de uma espetacularização do sofrimento e tenta elaborar um espaço ético de visibilidade para as ruínas da destruição, convocando a responsabilidade coletiva. Tal responsabilidade se distancia da empatia, da pena, da compaixão e da misericórdia: ela deve elaborar uma negociação constante acerca da maneira como a esfera política governa as pessoas e coletividades através da imposição de quadros de sentido que desfiguram e silenciam. A fotografia pode, para Sontag (2003), produzir regimes de visibilidade que interferem na compreensão de como algumas populações estão mais expostas aos desastres do que outras.

Os objetos sobreviventes nos convocam a um exercício de consideração que solicita uma outra possibilidade de apreender, ver e ler as relações que sedimentam a vida individual e coletiva. Considerar a constelação de relações possíveis entre esses elementos a partir dos atos fotográficos envolve uma aposta na capacidade de resistência dos objetos fotografados em suspender o gesto de captura do poder que reforça sempre a divisão entre aquilo que pode ser apontado como importante, e aquilo que pode ser relegado ao esquecimento.

Portanto, a fotografia é aqui tratada sob a ótica da apropriação social, entendendo que esta possibilita a materialização da memória, revelando as intenções presentes na conservação e preservação de fatos e acontecimentos que fazem parte da história dos sujeitos e grupos e na atribuição de significados para constituírem parte dessa história. A produção de imagens em contextos de desterritorialização pode ser um processo ético, político e estético importante para a apreensão e compreensão de experiências, de construção de ideias ou ideais, ou como uma forma de apropriação dos sujeitos da própria história, fortalecendo o sentimento de identidade e de vínculos afetivos.

A força ética das imagens estaria ligada, segundo Sontag (2004), à forma como elas podem fazer aparecer certos acontecimentos, elementos e realidades, ao mesmo tempo em que interferem nos dispositivos de visibilidade que tendem a reduzir o valor das vidas. Sontag (2003, 2004) afirma que uma imagem é política não porque expressa a injustiça ou o sofrimento, mas porque revela como o tecido significativo do sensível se encontra perturbado, a ponto de fazer com que indivíduos, palavras e objetos não possam mais ser inseridos no quadro definido por uma rede de significações, nem encontrem mais seu lugar no sistema de coordenadas onde habitualmente se localizam. A autora destaca que a relação entre fotografia e política está no fato de a imagem ser originada em uma situação de escuta, de contato com a alteridade e suas demandas. Para ela, a dignidade do ser humano é construída por meio de um olhar

que escuta e responde a ele construindo uma relação política, ética e comunicativa de acolhimento e hospitalidade a partir da precariedade comum que nos enlaça.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo elaborar reflexões capazes de aproximar as noções de território, memória, identidades, imagens e desastres, de maneira a explorar alguns aspectos das práticas de resistência à ação predatória de mineradoras, como a Vale, cuja prática extrativista desencadeou uma crise ambiental profunda, desordenando os vínculos e “nexos locais” entre habitantes humanos e não humanos de Brumadinho.

Argumentamos acerca da importância da memória e da rememoração como operações de resistência acionadas, entre outros elementos, pelas imagens, como forma de retomar o trabalho constante de criação de vínculos de interdependência e coexistência que permitem a coesão e a sustentação das normas, tradições e crenças que estruturam identidades, sobretudo diante de eventos traumáticos como o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. Neste sentido, a fotografia se torna importante para reconstrução e preservação da memória coletiva do território, auxiliando o fortalecimento do processo de construção da territorialidade, construção essa que redefine constantemente a relação identitária dos atingidos com o território.

A rememoração do passado através dos rastros e vestígios, ressalta Gagnebin (2014), não implica simplesmente a restauração do passado, mas sobretudo uma transformação do presente. É importante também sublinhar que o passado não retorna a mesma forma anterior, mas ele também é retomado, retrabalhado e transformado. A rememoração não é a conservação do passado como algo que pode ser devolvido tal qual era ao presente, mas é a criação de narrativas incompletas e lacunares através de vestígios, de restos, para a construção de algo novo.

A transformação ativa do passado no presente requer a elaboração de narrativas e imagens que não buscam conservar fielmente o passado, mas retomá-lo como matéria prima para a construção de um presente que quebra expectativas. Nesse sentido, narrar é um trabalho árduo, geralmente cercado pelo sofrimento, pela perda e pela permanência das ruínas e vestígios. Contudo, como vimos, o vestígio tem um papel muito importante no exercício da rememoração. Segundo Gagnebin ele “é testemunho do passado sem funcionalidade no presente, mas que, pela reconstrução, torna possível representar o sentido da história” (1999, p. 97).

O ensaio fotográfico elaborado pelo fotojornalista Juarez Rodrigues evidenciou a importância de ressaltar o valor dos vestígios sobreviventes, como testemunhas da ausência dos seres humanos que os manipulavam, auxiliando a “descontinuar” as narrativas consensuais que tendem a explicar o mundo por meio de discursos e

imaginários consolidados. Assim, suas imagens de pertences pessoais, utensílios domésticos e calçados retratam restos que permaneceram depois do escoamento parcial do mar de lama, convidam o olhar do espectador a percorrer cenas imaginadas do cotidiano, seus objetos e detalhes, em um trabalho de tradução de um sensível em outro através dos elementos oferecidos pelos enquadramentos escolhidos pelo fotógrafo. As imagens configuram, assim, uma operação crítica, que rearticula relações de poder, alterando imaginários e desestabilizando formas consensuais de pensar a experiência. Como vimos, Calderón entende que a imagem “não é uma reprodução, mas um plano de conexão que abre e trabalha, exercitando modos de não adaptação ao sistema dominante, onde se criam imprevistos” (2020, p. 45).

Acreditamos, assim como Sontag (2003), que há um trabalho ético a ser feito quando questionamos os enquadramentos que nos posicionam diante das imagens que nos interpelam a partir da dor do outro e de sua morte. Nas imagens, aqueles que padecem, seus corpos, seus pertences e a materialidade de suas existências nos convocam à responsabilidade ética através de sua sobrevivência, de sua presença que oferece testemunho de um desastre que precisa ser imaginada pelo espectador. Sob esse aspecto, a criação de uma fotografia vai além do momento em que o fotógrafo captura a imagem, pois envolve também as formas de circulação, apreensão e adesão (ou não) às expectativas dos espectadores. Uma fotografia cria, então, temporalidades e espacialidades liminares, nas quais pode haver aproximação, acolhimento e mesmo a possibilidade de reconfiguração do olhar e dos enquadramentos que geralmente conferem sentido às vidas no instante mesmo em que estão mais expostas à morte.

Sob esse aspecto, o trabalho da imagem promove uma redefinição da mirada, o investimento em uma figuração que, por sua vez, requer o “trabalho ético do espectador”, ou seja: o que antes estava dado, tipificado e registrado sob a forma de quadros hegemônicos é então tematizado, alterado e fissurado por uma leitura que permite a abertura de territorialidades de aproximação entre atingidos e espectadores através da consideração que reconhece nos objetos enlameados uma humanidade comum e partilhável, resquícios de vidas enlutáveis, merecedoras de justiça.

Referências

AEDAS – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social. Matriz emergencial: matriz de medidas reparatórias emergenciais. Belo Horizonte: AEDAS, 2021. Disponível em: https://aedasmg.org/wp-content/uploads/2022/02/20210108_AEDAS_PAR_R1_JUR_MATRIZMEDIDASEMERGENCIAIS.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ANJOS, Rafael. Milton Santos, território e fotografia: aproximações. **Tempo - Técnica – Território**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 51-57, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15419>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ARBEX, Daniela. **Arrastados**: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil. São Paulo: Intrínseca, 2022.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALDERÓN, Andrea Soto. **La performatividad de las imágenes**. Santiago de Chile: Ediciones Metales Pesados, 2020.

FARIAS, M. C. Q. S.; BIZELLO, M. L. Memória e representação: reflexões para a organização do conhecimento. **Scire**, Marília, v. 22, n. 2, p. 99-106, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/afa255e7-a278-4069-a007-d5b577d3b359/full>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. *In*: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (org.). **Walter Benjamin**: rastro, aura e história. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 27-38.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**. São Paulo: Ed. 34, 2014

HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da terra. **GEOgraphia**, Niterói, v. 23, n. 50, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/48960/29143>. Acesso em: 19 set. 2023. Acesso em: 19 set. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p.19-46, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 19 set. 2023

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, Texas, v. 19, p. 141-151, 2020. Disponível em: <https://repository.lsu.edu/jlag/vol19/iss1/14/>. Acesso em: 19 set. 2024.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

INSTITUTO GUAICUY. Matriz de danos: análise dos danos identificados nas regiões 4 e 5. Belo Horizonte: Guaicuy, 2022. Disponível em: https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2022/05/20220517_Matriz_de_Danos.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

MAB – Ministério do Desenvolvimento agrário. **O lucro não vale a vida**: análise do MAB sobre o crime da Vale em Brumadinho/MG. Brasília: MDA, 2019. Disponível em: <https://issuu.com/mabnacional/docs/cartilha-brumadinho-2019-web>. Acesso em: 28 out. 2024.

MANINI, Miriam. Imagem, memória e informação: um tripé para o documento fotográfico. **Domínios da imagem**, Londrina, n. 8, p. 77-88, maio, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/23354>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MARQUES, João; RODRIGUES, Juarez. Ensaio fotográfico: histórias soterradas pela lama em Brumadinho. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, Caderno Gerais, 31 jan. 2019. Cadernos Gerais, 31. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/31/interna_gerais,1026225/ensaio-fotografico-historias-soterradas-pela-lama-em-brumadinho.shtml. Acesso em: 13 jul. 2024.

MOMBELLI, Neli; TOMAIM, Cassio. Memória e identidade: um estudo preliminar sobre os usos e apropriações do passado nos documentários da TV OVO. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 45 - 61, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/26843>. Acesso em: 28 out. 2024.

OLIVEIRA, Ivone; DORNAS, Lara. Dinâmica de produção dos arranjos discursivos em contexto de tensionamento: arena de embates entre a Fundação Renova e o jornal a sirene. **ANIMUS**, Camobi, v. 21, p. 194-211, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/44175>. Acesso em: 13 jul. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

THOMAZ, Tatiana. Geografia e fotografia: relação entre paisagem, espaço e imagem. **Espaço & Geografia**, Brasília, v. 15, n. 2, 2012, p. 517-549. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39956>. Acesso em: 13 set. 23.

Contribuição das autoras

Ana Patrícia Barbosa de Sousa – Elaboração do texto a partir de revisão teórica, construção do corpus de pesquisa; participação da discussão dos resultados; realização de revisões e aprovação da versão final do trabalho.

Ângela Cristina Salgueiro Marques – Elaboração do texto a partir de revisão teórica, construção do corpus de pesquisa; participação da discussão dos resultados; realização de revisões e aprovação da versão final do trabalho.